

CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS MUNICIPAIS DA REGIÃO SUL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

TALISSON NATAN TOCHTENHAGEN¹; THALIA STRELOV DOS SANTOS²;
CATIANE PEGLOW HOLZ³; MAIARA SCHELLIN PIEPER⁴; MAURIZIO SILVEIRA
QUADRO⁵

¹Universidade Federal de Pelotas – talissonnatantochtenhagen@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – thalia.strelov@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – kah.holz.15@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – maiarapieper@gmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – mausq@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Saneamento Básico é definido como o conjunto de serviços que garantem as condições de higiene da população (FUNASA, 2018) sendo uma união de serviços fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico de uma região, como por exemplo limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, esgotamento sanitário, drenagem urbana e abastecimento de água, sendo um direito garantido pela Constituição Federal e instituído pela Lei Nº 14.026/2020 (BRASIL, 2020).

Segundo o IBGE – PNAD 2013, o Brasil possui aproximadamente 31 milhões de habitantes morando na área rural, onde desse total apenas 22% têm acesso a serviços adequados de saneamento básico, com isso cerca de 24 milhões de brasileiros ainda passam pelo transtorno e pela dificuldade da falta de saneamento básico. Entretanto, garantir as melhorias no saneamento rural é um grande desafio, já que os recursos financeiros destinados ao saneamento rural são, na maioria das vezes, insuficientes e somente uma pequena fração do PIB dos países são alocados para a água, saneamento e higiene (OMS, 2014).

Nesse contexto, a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico é exigido legalmente conforme a Lei Nº 14.026/2020, que estabelece diretrizes nacionais sobre planejamento e elaboração para o setor (BRASIL, 2020). Essa organização e planejamento das ações potencializam e contribuem para uma gestão adequada dos serviços públicos (YÉVENES-SUBIATRE, 2010), assim proporcionando melhorias para a população e corrigindo problemas relacionados ao saneamento básico.

Deste modo, o objetivo deste trabalho é realizar uma oficina com o intuito de capacitar os técnicos municipais sobre as adequações do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB). Além disso, analisar a abrangência do abastecimento de água para a população residente na área rural em municípios do Sul do estado do Rio Grande do Sul.

2. METODOLOGIA

Foi realizado um levantamento de dados dos municípios da região Sul do estado do Rio Grande do Sul, levando em consideração a população total, população urbana e rural, e a população que possui acesso ao abastecimento de água, referentes ao ano de 2020. Esses dados foram coletados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Concluindo o levantamento de dados, o grupo PET-Engenharia Agrícola realizou uma oficina sobre a elaboração do Plano Municipal de Saneamento

Básico (PMSB), onde palestrantes capacitaram os técnicos municipais da região Sul do estado do Rio Grande do Sul. Para a realização da oficina, foram selecionados palestrantes especializados em legislação e práticas de adequações dos planos de saneamento, posteriormente, sucedeu-se o convite às prefeituras através de ligações e via e-mail.

A oficina ocorreu ao longo do dia 10 de agosto de 2022, sendo no período da manhã a parte jurídica do plano e durante a tarde a parte técnica, a transmissão do evento foi realizada através do Youtube, por meio do canal PET - Engenharia Agrícola. O cronograma da oficina se deu da seguinte forma, às 09:00 horas do dia 10 de agosto ocorreu a primeira palestra sobre Legalidades do Plano de Saneamento de Municípios, durante a tarde às 13h30min sucedeu-se a palestra com o tema Revisões do Plano de Saneamento, em seguida, às 15:00 horas ocorreu a última palestra da oficina abordando o tema Práticas de Adequação do Plano de Saneamento.

Ao final das palestras a comissão organizadora disponibilizou um formulário com o objetivo de avaliar a oficina de maneira geral, sendo as respostas obtidas através de uma escala simples de 1 a 5, e de contabilizar a presença dos técnicos municipais, a fim de posteriormente gerar certificados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento de dados foi realizado em 12 municípios da região sul e centro-sul do estado do Rio Grande do Sul, estes municípios foram escolhidos devido ao fato de possuírem uma porcentagem de residentes na área rural superior à área urbana.

Na Figura 1 está indicado a quantidade de residentes de cada município selecionado, bem como a população rural e urbana. O município de Chuvisca se destaca por ter 5.480 moradores em seu interior e apenas 303 pessoas residentes no seu perímetro urbano, o que corresponde a 94% de residentes na área rural. O município mais populoso é o de Canguçu, possuindo 56.211 moradores ao total, sendo 35.425 (63%) habitantes da área rural e 20.786 (37%) residem na cidade.

Além disso, na Figura 1 é realizado uma comparação com o percentual da população atendida com o abastecimento de água. Assim podendo ser observado que praticamente todas as cidades analisadas abastecem somente a área urbana, ou não possuem demanda suficiente nem para a mesma, este é o caso do município de Amaral Ferrador, que possui 2081 residentes no perímetro urbano, e destes, apenas 1816 possuem acesso ao abastecimento de água. O município de Cerro Grande do Sul também não possui demanda para abastecer a população residente na área urbana, que conta com 3003 moradores, e somente 1974 habitantes são beneficiados com o abastecimento de água. Os municípios Dom Feliciano, Morro Redondo, Santana da Boa Vista, Sentinela do Sul e Sertão Santana, também estão com as suas demandas de abastecimento de água incompletas para o perímetro urbano. Os municípios Barão do Triunfo, Canguçu, Chuvisca, Mariana Pimentel e Turuçu, oferecem abastecimento de água para toda a sua população urbana.

Em relação a coleta e tratamento de efluentes, nenhum dos municípios pesquisados possui alguma forma ou método para realizar o mesmo, assim, tanto a área rural quanto a área urbana não tem acesso ao tratamento de esgotos.

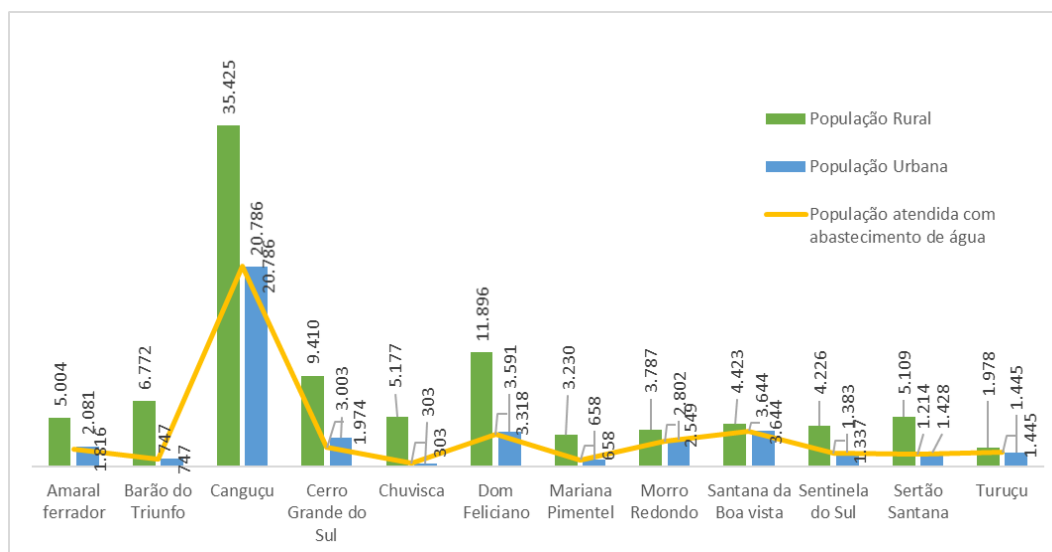


Figura 1. Gráfico comparativo da população atendida com abastecimento de água.

Na figura 1, é possível observar que são poucas as cidades que oferecem o abastecimento de água para toda a sua população urbana. No total, os 12 municípios analisados possuem 138.308 habitantes, sendo destes 96.437 (69,9%) residentes da área rural e 41.871 (30,3%) moradores da área urbana, e somente 39.791 (28,8%) possuem acesso ao abastecimento de água. Ou seja, 71,2% da população total dos municípios não são atendidos com o fornecimento de água, sendo destes, 7,3% residentes em áreas urbanas.

Visando os dados levantados, o grupo PET-Engenharia Agrícola realizou uma oficina sobre a Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, com o objetivo de capacitar os técnicos municipais para assim ser possível melhorar os dados de saneamento básico na região Sul do Rio Grande do Sul. No total, obtivemos a inscrição de 35 técnicos de 20 municípios diferentes.

No período da manhã o tema da palestra foi Legalidades do plano de saneamento de municípios, onde atingiu um pico simultâneo de 19 visualizações, e no total possui 73 reproduções. Ao decorrer da tarde ocorreram duas palestras sobre Revisões do Plano de Saneamento e as Práticas de Adequação do Plano de Saneamento respectivamente, alcançando também um total de 73 reproduções e o pico simultâneo de 17 visualizações, conforme está representado na Figura 2.

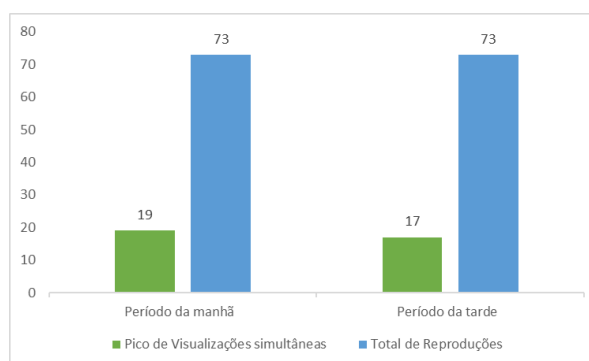


Figura 2. Gráfico de visualizações da oficina sobre a Elaboração do Plano Municipal de Saneamento.

A realização da oficina apresentou resultados positivos, visto que durante as palestras os técnicos municipais expressaram as suas dúvidas em relação ao

Plano Municipal de Saneamento Básico. E estas dúvidas foram esclarecidas pelos palestrantes, assim contribuindo para o desenvolvimento e a consolidação do PMSB nos municípios participantes, dado que os técnicos transfiram os conhecimentos adquiridos em seus respectivos municípios.

Com a aplicação do formulário de presença obtivemos a avaliação geral da oficina, onde os participantes avaliaram de 1 à 5, sendo a nota 1 correspondente a péssimo e a nota 5 a ótimo. Conforme a Figura 3, podemos observar que 95% avaliaram a oficina como ótima e 5% como boa.

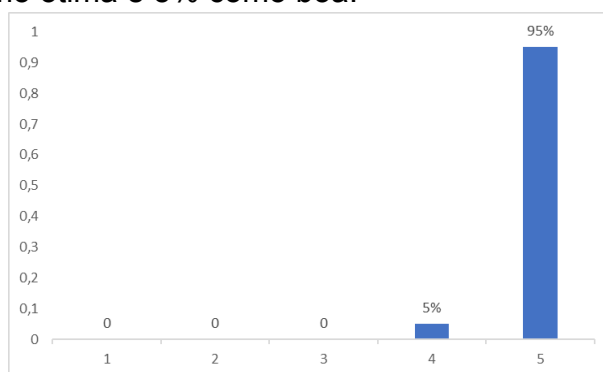


Figura 3. Avaliação geral da oficina de Saneamento Básico.

Assim, podemos concluir que o evento foi um sucesso, visto que todas as avaliações foram positivas e os participantes expressaram contentamento com a mesma.

4. CONCLUSÕES

A partir dos dados apresentados, conclui-se que a população rural é a mais afetada pela falta de abastecimento de água. Dessa forma, torna-se necessário a criação de novas iniciativas que contribuam para que toda a população tenha acesso ao saneamento básico. Assim, será possível obter um maior desenvolvimento destas regiões, e melhorar a qualidade de vida de toda a população.

Em relação a oficina realizada, conclui-se que esta foi muito proveitosa para os municípios participantes. Onde foram instruídos sobre como elaborar corretamente o Plano Municipal de Saneamento Básico, assim auxiliando as prefeituras a melhorar e expandir o abastecimento de água e o tratamento de esgotos tanto na área urbana e, principalmente na área rural.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Congresso. Senado. Constituição (2000). **Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020**. 135. ed. Brasília, DF, 15 jul. 2020. Seção 1. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14026.htm.
- FUNASA, Brasília, 2018. Fundação Nacional de Saúde. **Manual de Saneamento**.
- IBGE–INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . Censo Brasileiro de 2013. Rio de Janeiro.
- OMS. Organização Mundial de Saúde. **Relatório GLAAS 2014**. Genebra: OMS, 2014.
- YÉVENES-SUBIATRE, A. **Prospectiva y estrategia en el escenario contemporáneo**. Latin American Journal of International Affairs, v. 2, n. 3, p. 90-106, 2010.